

[A RDAI](#)[Equipe RDAI](#)[Edições](#)[Buscar](#)[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 1 \(2017\)](#) / [Artigos](#)

# A invalidação administrativa das concessões de serviços públicos regidas pela lei federal 8.987/1995

Administrative invalidation of the concession of public services governed by federal law 8.987/1995

**scite\_**

	0
	0
	0

## Vladimir da Rocha França

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-9977-3617>

## Catarina Cardoso Sousa França

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-4511-1938>

**DOI:** <https://doi.org/10.48143/rdai/01.vrf>

**Palavras-chave:** Administração pública - Serviço público - Concessão - Concessão de serviço público - Invalidação administrativa

## Resumo

No presente trabalho, examinam-se as normas que disciplinam a invalidação administrativa das concessões comuns de serviços públicos, no âmbito do sistema do Direito Positivo brasileiro, notadamente à luz da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

## Downloads

Não há dados estatísticos.

## Biografia do Autor

### **Vladimir da Rocha França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)**

Mestre em Direito público pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado II do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. vrochafranca@gmail.com

### **Catarina Cardoso Sousa França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)**

Especialista em Direito Constitucional e Mestre em Constituição e Garantia de Direitos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Convidada dos Cursos de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Potiguar. Advogada.

## Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira em perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: WALD, Arnoldo; MORAES, Luiza Rangel de; WALD, Alexandre de M. O direito de parceria e a lei de concessões (análise das Leis ns. 8.987/95 e 9.074/95 e legislação subsequente). 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. Reflexões sobre o papel do estado frente à atividade econômica. Revista Trimestral de Direito Público. São Paulo: Malheiros Editores, p. 67-75, n. 20/1997.

DAL POZZO, Augusto Neves. Aspectos Jurídicos da Permissão de Uso de Bem Público destinado à Comercialização de Alimentos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.187-206, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. Breves considerações sobre o ato discricionário no regime jurídico-administrativo brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.09, p.173-190, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, M.; VALIM, R. Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC (Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 7.581/201) Aspectos Fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.275.

scite\_

✓	0
🔗	0
?	0

DAL POZZO, Augusto Neves. FACCHINATTO, Renan Marcondes. Modificações nos regimes jurídicos das parceiras Público-Privadas e do setor educacional-Fomento aos investimentos e redução de riscos para a Iniciativa Privada. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.04, p.259-274, 2013.

DAL POZZO, Augusto Neves. José Roberto Pimenta Oliveira; BERTOCCELLI, R. P. Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2017, v.1. p.1034.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos Tribunais de Contas e o exercício da função administrativa. Revista Internacional de Direito Público-RIDP, v.01, p.185-214, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. PARLATORE, A. C. Método de planejamento econômico-financeiro em projetos de infraestrutura. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.193-205, 2011.

DAL POZZO, Augusto Neves. PIMENTA, J. R. Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.400.

DAL POZZO, Augusto Neves. Procedimento de Manifestação de Interesse e o planejamento estatal de infraestrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.13, p.23-33, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R. R. A.; PIMENTA, J. R. Tratado sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v.1. p.819.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R.; AURELIO, B.; FREIRE, A. L. Parcerias Público-Privadas-Teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2014, v.1. p.518.

DAL POZZO, Augusto Neves. Concessão de serviço público. Diferenças entre o regime da Lei nº 8.666/93 e o da Lei nº 8.987/95. Possibilidade de superação dos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 nos contratos de concessão de serviços públicos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.279-294, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz; FACCHINATTO, Renan Marcondes; DAL POZZO, B. N. D. Lei Anticorrupção-Apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. São Paulo: Contracorrente, 2014, v.1. p.240.

scite\_

✓	0
⊘	0
?	0

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Arts. 174 a 181. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura (coords.). Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: GEN, Ed. Forense, 2009b.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Conceito de contrato administrativo. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos. Curitiba: Zênite, a. XII, n. 135, p. 393-399, maio/2005.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Conceito de serviço público na Constituição Federal. Revista Brasileira de Direito Administrativo e Regulatório. São Paulo: MP Editora, pp. 225-238, n. 1/2010.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Considerações sobre a intervenção do Estado na economia na ordem constitucional brasileira. Interesse Público. Belo Horizonte: Ed. Fórum, n. 55, p. 81-96, 2009a.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Considerações sobre o princípio da legalidade e demais princípios jurídicos da licitação. In: BRANDÃO, Cláudio; CAVALCANTI, Francisco; ADEODATO, João Maurício. Princípio da legalidade: da dogmática jurídica à teoria do direito. Rio de Janeiro: GEN, Ed. Forense, 2009c.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Estrutura e motivação do ato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

GRAU, Eros Roberto. Ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica). 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MARCONDES, Ricardo Martins; SANTANO, Ana Claudia. Una lectura neoconstitucional de la teoría del poder de policía. REVISTA DE INVESTIGACIONES CONSTITUCIONAIS, v.3, p.87-114, 2016.

<http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.47575>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro. Revista Trimestral de Direito Público, v.57, p.87-110, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Revista Trimestral de Direito Público, v.54, p.194-209, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Interesse Público (Impresso), v.64, p.85-104, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. As normas gerais de direito urbanístico. RERE (Salvador), v.20, p.01-16, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.14, p.127 -, 2014.

<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v14i56.96>

scite\_

	0
	0
	0

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estágio probatório e avaliação de desempenho. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública-RBEFP, v.13, p.09-35, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Improbidade administrativa e inversão do ônus da

MARTINS, Ricardo Marcondes. Manutenção de concessão de serviço público considerada inválida pelo Tribunal de Contas. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.2, p.269-291, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Motivação dos atos administrativos: conteúdo da motivação e consequências da motivação insuficiente-justificativa do preço na contratação direta; retroatividade da jurisprudência do Tribunal de Contas. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.7, p.227-257, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Natureza jurídica das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.167, p.48-62, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-Regularidade fiscal-Invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.166, p.61-69, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-regularidade fiscal-invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. BLC (São Paulo), v.11, p.1173-1181, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da liberdade das formas no direito administrativo. Interesse Público (Impresso), v.80, p.83-124, 2013.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da Titularidade Pública das Coisas de Ninguém. Revista Trimestral de Direito Público, v.56, p.117-136, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.310-338, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Prorrogações excepcionais do contrato administrativo (Parecer). REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.209-229, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v.8, p.181-197, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Trimestral de Direito Público, v.55, p.139-155, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Sanções administrativas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC. Revista Brasileira de Infraestrutura e RBInf, v.8, p.47-88, 2015.



MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.16, p.115 -, 2016.

<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v16i64.241>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria dos princípios formais. Interesse Público (Impresso), v.98, p.65-94, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Terceirização na Administração Pública: comentários sobre o RE 760.931. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura-RDAI, v.1, p.311-333, 2017.

SUNDFELD, Carlos Ari. Guia jurídico das parcerias público-privadas. In: SUNDFELD, Carlos Ari (coords.). Parcerias público-privadas. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público, Malheiros Editores, Fundação Getúlio Vargas (Direito GV), 2005.

TÁCITO, Caio. Temas de direito público. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, v. 1.

WALD, Arnoldo; MORAES, Luiza Rangel de; WALD, Alexandre de M. O direito de parceria e a lei de concessões (análise das Leis ns. 8.987/95 e 9.074/95 e legislação subsequente). 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

scite\_

✓	0
⊗	0
?	0

ISSN 2526-8120

1 | RDAI

abril / junho 2017



scite\_

✓	0
⊗	0
?	0

Publicado  
2017-06-30

#### Como Citar

FRANÇA, V.; FRANÇA, C. A invalidação administrativa das concessões de serviços públicos regidas pela lei federal 8.987/1995. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 1, n. 1, p. 91-108, 30 jun. 2017.

Fomatos de Citação

#### Edição

[v. 1 n. 1 \(2017\)](#)

#### Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações

Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).

0

### ##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

- Vladimir da Rocha França, Catarina Cardoso Sousa França, [Invalidação e convalidação do contrato administrativo no direito brasileiro](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 4 \(2018\)](#).
- Vladimir da Rocha França, Catarina Cardoso Sousa França, [A INVALIDAÇÃO E A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 7 \(2018\)](#).

### Realização



**ibeji**

INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
ESTUDOS  
JURÍDICOS DA  
INFRAESTRUTURA

**scite\_**

✓	0
⊗	0
?	0

## RDAI está no Publons

Comente

Endosse

Avalie

Critique



**PUBLONS**  
EVALUATING ACADEMIC RESEARCH

## Identificadores



scite\_

	0
	0
	0

[Enviar Submissão](#)

## Palavras-chave



scite_	
✓	0
⊘	0
?	0

Base de dados



Indexador



RDAI Academia.edu



## RDAI Google Acadêmico



### Informações

[Para Leitores](#)

[Para Autores](#)

[Para Bibliotecários](#)

### Idioma

[English](#)

[Português \(Brasil\)](#)

[Español \(España\)](#)

[Deutsch](#)

[Français \(Canada\)](#)

[Français \(France\)](#)

[Bahasa Indonesia](#)

[Українська](#)

[简体中文](#)

[فارسی](#)

[Türkçe](#)

[Português \(Portugal\)](#)

[Italiano](#)

[العربية](#)

scite_	
	0
	0
	0

[Open Journal Systems](#)

Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 9º andar - 04547-005 - Vila Olímpia - São Paulo - Telefone: +55 11 3058-7800

©2020 RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura.

[início](#) - [acervo](#) - [busca](#) - [contato](#) - [acesso](#) - [registro](#)

Platform &  
workflow by  
**OJS / PKP**

**scite\_**

	0
	0
	0